

# A DESCONSTRUÇÃO SOCIAL DO RACISMO: DOS DIÁLOGOS VIRTUAIS NECESSÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

## THE SOCIAL DECONSTRUCTION OF RACISM: OF THE NECESSARY VIRTUAL DIALOGUES IN TIMES OF PANDEMIC

Jusciney Carvalho Santana 1

**Resumo:** O racismo no Brasil persiste a despeito do ativismo dos movimentos negros e das políticas afirmativas adotadas pelo Estado. As desigualdades raciais são evidenciadas a partir do aumento nos índices de violência, desemprego e pobreza envolvendo, sobretudo, a população composta de pretos, pardos e indígenas. Tendo em vista o que está preconizado nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que definem a obrigatoriedade da inclusão curricular da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, escolas e universidades devem estar comprometidas socialmente com a luta antirracista. Este relato, na perspectiva de uma abordagem qualitativa, constitui-se uma experiência de extensão universitária, desenvolvida de forma remota, com o objetivo de ampliar os diálogos sobre a pauta racial entre profissionais da educação, da saúde, do direito e entidades civis, em tempos de pandemia. Dentre os resultados obtidos é consenso que a educação continua sendo um dos caminhos mais eficazes para contribuir no combate ao racismo estrutural.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Diálogos Virtuais. Educação Antirracista.

**Abstract:** Racism in Brazil persists despite the activism of black movements and the affirmative policies adopted by the State. The racial inequalities are evidenced by the increase in the indices of violence, unemployment and poverty involving, above all, the population composed of blacks, browns and indigenous people. In view of what is advocated in laws 10.639/2003 and 11.645/2008, which define the mandatory inclusion of the curriculum of African, Afro-Brazilian and indigenous history and culture, schools and universities must be socially committed to the anti-racist struggle. This report, within a qualitative approach, constitutes an experience of university extension, developed remotely, with the objective of expanding the dialogues on the racial agenda among professionals in education, health, law and civil entities, in times pandemic. Among the results obtained, there is a consensus that education remains one of the most effective ways to contribute to the fight against structural racism.

**Keywords:** University Extension. Virtual Dialogues. Anti-racist Education.

## Introdução

O racismo no mundo e, em particular no Brasil, é persistente e segue avançando de forma agressiva, parecendo desconsiderar a luta antirracista protagonizada por ativistas que clamam por respeito aos princípios democráticos consagrados na Constituição Federal de 1988, defensores da justiça social, da equidade e da garantia de todos os direitos civis, sociais e políticos para a população brasileira, direitos que independem de condição econômica, cor, gênero, credo ou religião.

O contexto atual, no entanto, ainda colabora para não efetivar a lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989<sup>1</sup>, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, num país assolado pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, cujos dados mais recentes apresentados no Painel do Coronavírus no Brasil<sup>2</sup> já temos um total de 23.751.782 casos e 622.563 óbitos confirmados.

Além das questões sanitárias, da crise política, da crise econômica e da escassa assistência de saúde para boa parte de residentes das periferias e favelas, apontam para um cenário caótico com evidente ampliação de desigualdades sociais, étnico-raciais e, dentre essas muitas perdas humanas, estudos recentes revelam que as mortes atingem em maior quantidade pretos e pardos pobres (PERES, 2020). E, ainda, o Atlas da Violência (IPEA, 2020), também já revelou que entre os mais atingidos estão crianças, homens, mulheres e LGBTs pertencentes à população negra.

O contexto pandêmico aprofundou a hierarquização social entre brancos e não brancos, o que vem contribuindo para fragilizar as políticas públicas afirmativas adotadas pelo Estado Brasileiro, especialmente quando aprovou o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, que sem dúvida alguma é resultado do intenso trabalho dos movimentos negros e o engajamento de outros atores sociais que pressionaram de forma determinante a implementação de ações estatais em prol de reparações históricas, uma vez que após um período desumano da escravidão, a população negra foi mais uma vez marginalizada, não tendo direito à posse de terra, ou quaisquer outras formas de habitação, oportunidades de trabalho, nem acesso aos serviços públicos de saúde e educação.

A omissão estatal foi evidenciada bem antes das medidas governamentais, nos anos 2000. Desde a década de 50 as primeiras pesquisas sobre a situação do negro no Brasil, a exemplo do livro “Branco e negro em São Paulo”, escrito por Roger Bastides e Florestan Fernandes foram publicadas. Na década seguinte, as edições censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também passaram a revelar as assimetrias sociais envolvendo critérios como classe gênero, raça/cor (ARRETICHE, 2015).

As novas investigações seguiram nessa direção, com dados concretos do descaso estatal em relação à saúde pública, habitação, segurança e desemprego, renda e baixa mobilidade social, evidenciando a omissão do Estado e a ausência de políticas de reparação junto à essa população. Autores como Fernandes (1978), Hasembalg (1979), Guimarães (1999) e Munanga (2003), através de suas publicações, revelaram a identificação dos altos índices de mortalidade infantil e violência, mais recorrente entre jovens negros e pobres (SANTANA, 2017, p.80).

Portanto, as pesquisas originadas nas universidades públicas e aquelas desenvolvidas pelo IBGE continuam sendo fundamentais para influenciar a criação de novas políticas sociais que possam garantir a diminuição das desigualdades (SANTANA, 2017), corroborando na perspectiva de Arretche (2015) quando pontua que as políticas públicas importam, ainda que sua efetivação seja relativa, dada as limitações das instituições que as implementam.

Por isso, numa conjuntura, de extrema violência, com aumento de desemprego, misé-

<sup>1</sup> Disponibilidade em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em 30 set. 2020.

<sup>2</sup> Dados atualizados em 22/01/2021, às 17h. Disponibilidade em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 22 jan.2021.

ria e pobreza envolvendo boa parte da população negra, composta de pretos e pardos (IBGE, 2019), e tendo em vista que cumprir o que está preconizado na Lei das Diretrizes e Bases Nacionais, a partir das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, quanto a obrigatoriedade da inclusão curricular da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, escolas e universidades devem estar comprometidas socialmente com a luta antirracista na sociedade.

Historicamente a desigualdade étnico-racial continua uma questão em aberto e, portanto, permanece o desafio pelo seu enfrentamento no campo da educação brasileira. O momento atual exige refletir sobre o contexto educacional, tendo em vista a suspensão do ensino presencial, na educação básica e das instituições de educação superior, públicas e privadas, a partir da deliberação do Ministério da Educação, que homologou o Relatório do Conselho Nacional de Educação nº 5/2020, em publicação no Diário Oficial da União<sup>3</sup>, autorizando que atividades remotas passem a valer como carga horária letiva.

A pandemia do coronavírus evidenciou o aprofundamento das assimetrias sobretudo quando são analisados os marcadores sociais “cor e gênero”, (PERES, 2020), que culminou com o aumento da precarização nas relações trabalhistas, que colaboram para ampliar a vulnerabilidade das comunidades atingidas, resultando inclusive em mais mortes e adoecimentos para famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo e portanto, dependentes de ajudas emergenciais do governo federal, para sobreviverem num cenário de desemprego cada vez mais crescente.

Por essas razões, entrelaçar as relações existentes entre educação, pandemia e racismo no Brasil, tornou-se uma das pautas mais demandadas e todas essas questões foram amplamente debatidas, neste relato de experiência de extensão universitária intitulado “Diálogos necessários: a urgência pela desconstrução social do racismo”, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas, e desenvolvido de forma não presencial, entre junho e agosto de 2020.

O evento teve como objetivo principal ampliar a relação da universidade com a sociedade, em tempos de pandemia, a partir da promoção de diálogos virtuais sobre a pauta racial entre profissionais da educação, da saúde, do direito e entidades civis.

O presente relato de experiência está estruturado em duas seções, além da introdução e considerações finais. A primeira parte traz uma reflexão sobre o papel e a importância do eixo extensão ser valorizado e potencializado nas universidades públicas, exatamente como está preconizado pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e a seção seguinte apresenta a descrição do evento de extensão em si, com ênfase nos resultados qualitativos alcançados.

### **Evento de extensão universitária como possibilidade de fomentar a luta antirracista em tempos de pandemia**

A Política Nacional de Extensão Universitária, parte do pressuposto de que:

Não se constrói uma Universidade com imposição de modelos excludentes e unívocos. Universidade é um espaço cuja riqueza se sustenta justamente na diversidade, na universalidade, na coexistência de múltiplas concepções, teorias, metodologias e processos. A preservação da diversidade depende da tolerância, da construção de espaços e processos dialógicos que permitam superar o conflito em direção à cooperação. Nessa perspectiva, se existe um modelo ideal, este deve ser, especialmente na Universidade Pública, o de Universidade Democrática. Apenas sendo democrática e, portanto, plural, diversa, tolerante e inclusiva, a Universidade poderá desempenhar a contento sua

<sup>3</sup> O despacho do MEC pode ser visualizado em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/06/2020&jornal=515&pagina=32>. Acesso em: 29 set. 2020.

missão de contribuir para o desenvolvimento, em suas dimensões ética, humana, social e econômica, que a sociedade brasileira anseia e precisa. (FORPROEX, 2012, p. 31).

Dentro dessa abordagem, a extensão universitária busca contemplar três eixos integradores: **áreas temáticas, territórios** e os **grupos populacionais**. Sendo a educação considerada uma das 8 áreas temáticas prioritárias<sup>4</sup> e que são importantes como focos para a formulação de políticas sociais (FORPROEX, 2012), o presente relato, em certa medida, contribuiu para fortalecer e materializar esta ação extensionista, que foi viabilizada a partir de um evento realizado de forma virtual, justamente com a clara intenção de fomentar a relação entre universidade e sociedade, entre pesquisadores de diversas universidades sobre a questão racial e os participantes interessados nesta temática bem como amigos, familiares que ao prestigiarem os debates, se engajaram nas reflexões propostas.

Também merece destaque o fato de que o evento realizado, em formato de *lives* transmitidas e acessíveis, em tempos de pandemia, estando a UFAL com calendário suspenso, com atividades de ensino impedidas, oportunizou a valorização da ciência e da extensão, uma vez que os docentes estão dando continuidade aos seus projetos de pesquisa e implementando ações extensionistas de forma remota.

De acordo com o estudo teórico e conceitual de Cristoforettili e Serafim (2020), em que apresentam uma proposta metodológica para se apreender e pesquisar a extensão universitária, os autores argumentam a necessidade de investir na produção de conhecimentos gerados nas práticas extensionistas comumente realizadas para valorizar e legitimar a relação universidade e sociedade.

No entanto, os autores perceberam um grande desafio para elevar a publicização do que vem sendo desenvolvido no eixo extensão sobretudo pela importância de:

se pensar a extensão diante das funções e compromissos sociais da universidade, já que não são livres de ideologias e disputas no interior da instituição, bem como possuem condicionantes e influências importantes derivados do desenvolvimento histórico externo e interno às universidades. (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p.2).

Em termos metodológicos, na concepção submetida à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFAL), quanto às abordagens propostas é necessário pontuar que não foram apresentadas de forma específica nem detalhada justamente porque essa construção pressupunha o envolvimento dos convidados, a partir do aceite, que passariam a colaborar na execução da atividade realizada. Nesse sentido, cada debate foi construído coletivamente e planejado de forma gradativa, considerando a participação de cada um dos profissionais convidados, desde o título da proposta à sua abordagem.

Para efeitos analíticos, o tema central a “desconstrução social do racismo” norteou toda a intenção desse evento extensionista, nos 12 debates realizados, conforme descrição apresentada na seção “Os diálogos, suas abordagens e seus alcances”.

## Os diálogos, suas abordagens e seus alcances

O evento aprovado pelo Centro de Educação e referendado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFAL foi realizado entre 09 de junho e 25 de agosto de 2020 e resultou em 12 diálogos transmitidos ao vivo, totalizando 21 horas, 09 minutos e 49 segundos de tempo de gravação, disponibilizados no canal da coordenadora, no *YouTube*.

Sob a mediação da autora do projeto, todas as atividades desenvolvidas envolveram 32 pesquisadores negros convidados, além de 7 tradutores intérpretes de Libras cedidos pela

<sup>4</sup> São 8 áreas temáticas contempladas na Política Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (FORPROEX, 2012).

Faculdade de Letras Libras da UFAL.

De acordo com a concepção do evento, um dos objetivos específicos do evento de extensão foi privilegiar o diálogo com estudantes e egressos da UFAL e profissionais da educação e da saúde atuantes em Alagoas, incluindo professores da educação básica e também da UNEAL. Não obstante, o projeto também oportunizou a ampliação de debates com profissionais de outras 8 universidades federais do nordeste (UFBA, UFPB e UFSB), do sul (UFSC) e do sudeste (UFF, UFJF, UFOP e UFSCAR).

Essa teia diversa construída de forma coletiva, priorizando a pauta racial, foi potencializada durante o evento, na medida em que os convidados e estudantes buscaram divulgar em suas redes sociais e a cada novo diálogo, mais e mais pessoas passaram a refletir conosco todas as inquietações, avanços e também os desafios postos no contexto educacional brasileiro.

A ação extensionista foi desenhada para acontecer semanalmente, em formato de *lives*, transmitidas no YouTube, que resultou em 12 “diálogos necessários”, nomenclatura e referência do evento, sendo replicada em todos os materiais de divulgação nas redes sociais.

O primeiro debate aconteceu em 09 de junho de 2020 e foi intitulado “**A urgência pela desconstrução social do racismo**”, nome do próprio evento, por ter sido a *live* de abertura, sendo Núbia Mota, egressa do curso de licenciatura em História da UFAL, a convidada para abrir o evento.

De acordo com MOTA (2020) o seu olhar sobre as questões raciais foi modificado após ter passado pela universidade e agora compreende os dois lados da moeda, sobretudo por ter atuado como professora do município, momento em que se reconheceu e percebeu as dificuldades das crianças negras nas suas relações com a escola e com a aprendizagem.

O relato da convidada foi comovente e despertou novas reflexões entre os participantes, que deixaram comentários relevantes, destacando a importância da desconstrução social do racismo na escola e na universidade para que crianças, adolescentes e jovens possam desenvolver suas potencialidades, se sentirem representados nos espaços educativos e e serem respeitados em suas escolhas.

O segundo debate “**O combate ao racismo na saúde**” ocorreu na semana seguinte, em 16 de junho de 2020 e privilegiou 3 profissionais da UFAL, que atuam na área de saúde em Alagoas, sendo dois deles da Faculdade de Medicina (FAMED), Jorge Luis Riscado e Josineide Sampaio, uma técnica em assuntos educacionais da Escola de Enfermagem, Risonilda Silva e um médico egresso da Famed, que atua na rede pública de saúde, no sertão alagoano.

Os convidados puderam trazer suas experiências sobre ações afirmativas dentro da UFAL, no ensino, na pesquisa e na extensão, nos conselhos municipais de saúde e também no diálogo com estudantes de Medicina e as comunidades hospitalares.

Os convidados consensuaram que a luta antirracista na saúde é extremamente necessária e o espaço de formação universitária, inicial e continuada, pode e deve colaborar sempre para ampliar as ações afirmativas e novas reflexões sobre a saúde da população negra, especialmente no combate às práticas de violência obstétrica que são tão danosas e vitimam mulheres negras e pobres, sobretudo as que acessam o sistema público de saúde (RISCADO; SAMPAIO; SILVA; JÚNIOR, 2020).

A terceira atividade “**Alagoas teve o maior quilombo das Américas Alagoas e continua omissa na questão racial**” aconteceu no dia 25 de junho de 2020, com as participações de dois egressos da UFAL (graduação e mestrado) e atualmente doutorandos em Educação, Artur Nascimento e Beatriz Araújo.

A proposta desse momento foi justamente o de garantir mais um espaço de reflexão sobre os inúmeros desafios que o estado alagoano tem para reconhecer e enfrentar o racismo e assim contribuir no seu combate, na rede escolar. Mediar esse diálogo insurgente e urgente sobre a pauta preta (SILVA; ARAÚJO, 2020) com dois profissionais de Alagoas, foi essencial, tendo em vista o pertencimento racial de ambos. Nas palavras deles, as falas colonizadas na escola e na universidade precisam ser rompidas. Alagoas não pode mais se silenciar diante do fosso da desigualdade racial que persiste em todo o seu território.

O quarto diálogo “**Por uma educação antirracista na universidade**” foi realizado no dia 30 de junho de 2020, com as presenças de uma docente do Campus Sertão da UFAL, Mônica



Santos, uma historiadora egressa da UFAL, Sandra Sena e Tarciso Mendes, doutorando da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A diversidade desse encontro (SANTOS; MENDES; SENA, 2020) favoreceu uma reflexão oportuna, mesclando narrativas de cenas de racismo no cotidiano e alternativas para romper com a visão (única) eurocêntrica comumente referenciada nos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.

Alguns autores foram agregados à fala dos convidados ao abordarem as relações entre capitalismo, racismo e trabalho, concepções sobre racialização e branquitude e ainda, sobre a urgência da inclusão curricular de novas epistemologias decoloniais, (SCHUCMAN, 2012; MUNANGA, 2008; NASCIMENTO, 2016).

Em 07 de julho de 2020 ocorreu o quinto diálogo **“Educar para as relações étnico-raciais desde a infância”**, com a professora Nanci Franco (Universidade Federal da Bahia) e Alessandra Oliveira, egressa do curso de Pedagogia e professora do ensino fundamental em Maceió. O debate cumpriu o objetivo de refletir sobre o combate das práticas racistas na escola e, sobre o currículo escolar que deve obrigatoriamente, por força de lei, respeitar, legitimar e valorizar a diversidade étnico-racial devem ser escolhas políticas necessárias na educação escolar, desde a infância.

Esse momento mobilizou a presença de muitos estudantes de graduação, de mestrado, doutorado e também de professores da educação básica. Válido destacar que esse é o terceiro debate mais acessados após o fim do projeto, conforme apontam os registros validados no YouTube.

As duas intervenções foram muito bem-vindas, num contexto que repensar a formação inicial é urgente, considerando as inúmeras situações de racismo dentro do ambiente escolar, e que contribuem para tornar os processos de escolarização desiguais e antidemocráticos (FRANCO; OLIVEIRA, 2020).

Em 14 de julho de 2020 ocorreu o debate **“Com a universidade mudando de cor, o que muda mais?”** em que contamos com a participação da professora Lígia Ferreira (Faculdade de Letras da UFAL) e duas estudantes (Taynara Silva e Laysa Oliveira). Foi feita uma avaliação uma reflexão necessária sobre as mudanças que já aconteceram e aquelas por vir, nas universidades públicas, compreendendo que ao elevar o número de estudantes negros, indígenas, quilombolas e deficientes, por força da lei de cotas na graduação (2012) e pós-graduação (2018) e das bancas de heteroidentificação, a partir de 2019, a UFAL e demais instituições necessitam avançar em suas proposições de mudanças respeitando e considerando as novas demandas discentes.

Conforme apontaram no diálogo o acesso por si só não garante a inserção e formação de estudantes negros, para que se sintam pertencentes de forma orgânica. Será preciso que a universidade inclua de fato, com novas políticas de permanência, culturais e acadêmicas, envolvendo mais e mais a pesquisa e a extensão (FERREIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Sobre os **“10 anos de Estatuto da Igualdade Racial”** ocorrido em 21 de julho de 2020 tivemos uma análise avaliativa sobre os primeiros 10 anos de implementação do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que conforme preconiza o Art. 1, tem o objetivo de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Participaram do debate a professora Marli Santos, da Faculdade de Serviço Social (Campus Arapiraca/UFAL), Jeferson Silva (Instituto do Negro de Alagoas - INEG) e Fabson Calixto Silva, doutorando em Educação e professor da educação básica do Estado de Alagoas.

Foram três intervenções que se complementaram uma vez que trouxeram reflexões sobre os ganhos na legislação federal, a exemplo da que rege o próprio Estatuto e das lei de cotas (2012), dentre outras, e também os desafios postos, dada às próprias omissões no Estatuto para garantia da promoção da igualdade racial, considerando como funciona o racismo à brasileira, que é legitimado pelo mito da democracia racial e está entranhado na sociedade (SANTOS; SILVA; SILVA, 2020).

O debate sobre **“EJA em movimento: a busca pela superação das desigualdades raciais**

e educacionais” aconteceu em 28 de julho de 2020 e contou com quatro vozes femininas de Alagoas (Valéria Cavalcante (UFAL) e Hérika Palmeira (SEDUC/AL) e da Bahia (Gilvanice Musial e Gabriela Pitta, ambas da UFBA). Na oportunidade versaram sobre a Educação de Jovens e Adultos, considerando que é uma modalidade importante da educação básica, que está em constante movimento, e merece prioridade na luta antirracista.

De acordo o monitoramento do YouTube, esse tem sido o debate mais acessado do evento, e não resta dúvida de que a temática é tão necessária quanto carece de mais estudos, mais pesquisas e mais visibilidade. Embora a EJA esteja presente em grupos de pesquisas da maior parte das universidades, quando associamos ao debate racial, o número de pesquisas ainda é pouco expressivo (CAVALCANTE; MUSIAL; PALMEIRA; PITTA, 2020).

O nono debate intitulado “**O racismo levado a sério**” que ocorreu em 04 de agosto de 2020 contou com a intervenção da historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ynaê Lopes dos Santos, compreendendo que enfrentar o racismo no Brasil e o desenho de novas políticas afirmativas e ações antirracistas merecem mais interesse e o devido compromisso de toda a sociedade brasileira. A professora fez uma retrospectiva sobre as lutas dos movimentos negros já existentes e os engajamentos necessários que devem ser feitos, inclusive das mudanças transversais necessárias no currículo da História, para estimular a valorização da diversidade para além da visão eurocentrada (SANTOS, 2020). Também apresentou os livros já publicados: “Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850) (2010)”; “Licenciatura em História da África (2011), em coautoria com Leonardo Pereira”; “História da África e do Brasil Afrodescendente (2017)” e foi também uma das organizadoras do e-book Kindle “Como você ensina?: educação e inovação no ensino de história e de ciências sociais (2019)”.

No décimo diálogo “**A questão racial na formação de professores**” que ocorreu em 11 de agosto de 2020, quatro professores que atuam em diferentes licenciaturas foram convidados para o debate. Contamos com as presenças de docentes da UFAL, Andréa Giordanna, Ivanderson Pereira e Cirlene Santos, e da UFPB, Roseane Amorim.

Conforme o número de visualizações no YouTube, este é o segundo debate mais visitado, dentro do projeto, e é justificável uma vez que é na formação de professores que registramos os maiores desafios para educar para as relações étnico-raciais, tanto do ponto de vista das ausências dos componentes curriculares quanto da formação dos próprios docentes, que ainda necessitam de apropriação sobre a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena (AMORIM; SILVA; SANTOS; SILVA, 2020).

No penúltimo diálogo intitulado “**Intelectualidades negras, Ciência e Pós-graduação no Brasil**” realizado em 18 de agosto de 2020 participaram a professora Jamile Borges da Silva (UFBA), a doutoranda Larisse Gomes (UFSC) e Danilo Lima (UFCAR) e juntos refletimos sobre as mudanças em curso nas universidades públicas, com a ampliação de grupos e linhas de pesquisa e de professores e estudantes negros inseridos nos programas de pós-graduação, aumento considerável a partir da adoção de políticas afirmativas nos dois níveis de formação.

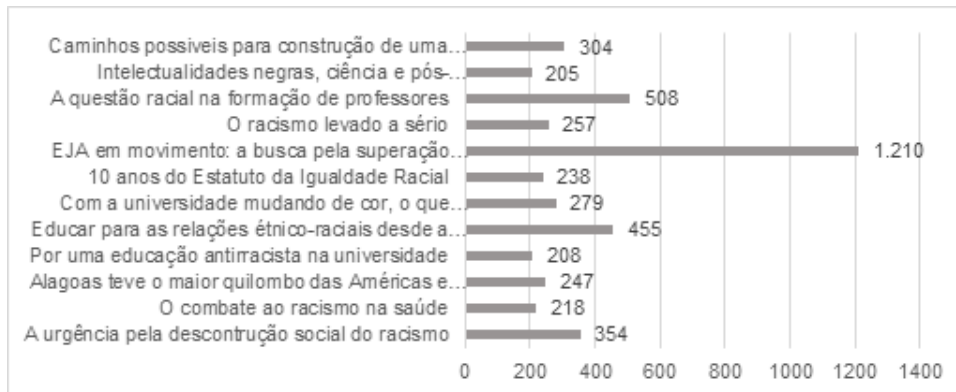
O evento foi encerrado em 25 de agosto de 2020, com o último debate sobre “**Caminhos possíveis para construção de uma universidade antirracista**”, que envolveu profissionais de três instituições distintas: Álamo Pimentel (UFSB), Clébio Araújo (UNEAL) e Adilson Santos (UFOP). A escolha dessa abordagem ao final tem relação direta com as contribuições dos três convidados, uma vez que atuam ou já atuaram como gestores das suas instituições de origem e sendo pesquisadores negros, a pauta racial sempre é priorizada em suas linhas de atuação.

Além de todas as reflexões oportunizadas, a ação extensionista também oportunizou a inscrição de profissionais da educação básica e superior, estudantes de graduação e pós-graduação, resultando em 354 participantes cadastrados e certificados via sistema informacional da Pró-Reitoria de Extensão da UFAL.

Embora esse quantitativo seja o formalmente registrado pelo sistema acadêmico da extensão da UFAL, desde o seu início até a submissão deste relato, o evento obteve um total de 4.483 visualizações no *YouTube*, conforme o gráfico a seguir, que apresenta o número de

alcances registrados em cada um dos debates realizados.

**Gráfico 1.** Alcances no **YouTube** (nº de visualizações dos vídeos acessados por Diálogo)



**Fonte:** Adaptação da autora/ Dados do YouTube (22 jan 2022, 16h48).

Em função da abordagem qualitativa do relato, importante esclarecer que este gráfico foi incorporado apenas como mais um elemento a ser avaliado acerca dessa experiência, tendo em vista que na concepção do evento, o monitoramento do YouTube sequer foi considerado. Não obstante, poder verificar que os diálogos continuam sendo acessados, mesmo tendo sido encerrado, é possível inferir que este acervo disponível poderá favorecer novas reflexões, novas propostas de extensão e também de pesquisas sobre os efeitos perversos do racismo e a identificação das medidas necessárias que colaborem para o seu rompimento.

### Considerações Finais

O evento de extensão obteve repercussão significativa para além do ambiente acadêmico, alcançando seu objetivo de ampliar o debate sobre o racismo e a urgência pela sua desconstrução, a partir das análises qualificadas dos pesquisadores negros convidados e participantes desta ação extensionista, envolvendo profissionais negros de mais nove universidades públicas brasileiras, para além da UFAL.

Dentre os resultados obtidos foi consenso entre todos que a educação continua sendo um dos caminhos mais eficazes, capaz de contribuir no combate ao racismo estrutural, seja através de atividades de formação inicial nos cursos de graduação, de licenciaturas e bacharelados, e também na pós-graduação e em propostas de formação continuada, que devem ser viabilizadas em parceria com as redes de secretarias, escolas municipais, estaduais e federais e também na rede particular de ensino, já que o racismo está presente em todos os espaços formativos, nas famílias, nas instituições públicas e também nas privadas.

Um dos impactos do evento se refere ao fato de que gerou a demanda por novas pesquisas e novos processos formativos que possam fomentar ainda mais a articulação com os movimentos sociais, escolas e universidades públicas.

Também é importante ressaltar que o diálogo antirracista e com outras áreas também permite aos interessados propor novas ações pedagógicas em diferentes espaços, por tratar-se de uma demanda social urgente que ultrapassa as responsabilidades das instituições educacionais.

A presente proposta foi importante na medida em que colaborou para destacar a necessidade de maior investimento nas atividades que dialoguem, ensino, pesquisa e extensão, uma vez que formar o profissional da educação para as relações étnico-raciais, parte da perspectiva de uma maior aproximação com a sociedade, reconhecendo que o racismo existe e é crime, portanto necessita ser combatido com ações concretas, para além dos discursos.

A universidade pública precisará assumir de fato o seu compromisso social na luta antirracista. Será preciso romper com os discursos e as práticas conservadoras e eurocêntricas para desconstruir socialmente o racismo. A construção de novas pontes com a realidade, a partir de



eventos educacionais impulsionados pela extensão universitária, em seus diferentes formatos (presencial, híbrido ou remoto) apresenta-se como uma estratégia pedagógica imprescindível e que deve ser fortalecida na educação superior pública, visando colaborar na projeção de uma sociedade brasileira mais justa, que tenha como premissas a valorização da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, o respeito à diversidade, a promoção da igualdade racial e, por fim, a conquista da ampliação dos espaços democráticos em nossa sociedade.

## Referências

AMORIM, Roseane M. de; SILVA, Andrea G. Araújo da; SANTOS, Cirlene J. S. e; SILVA, Ivander-son P. da. 1 vídeo (2:01:51). **A questão racial na formação de professores**. Publicado pelo canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponibilidade em: <https://youtu.be/CXF35GUGvSg>. Acesso em: 21 set. 2020.

ARRETCHE, Marta T. S. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

BASTIDES, R; FERNANDES, F. **Branco e negro em São Paulo**. 4ª edi. Rev. São Paulo: Global, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 14 ago. 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020: principais resultados**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em 09. set. 2020.

CAVALCANTE, Valéria C; MUSIAL, Gilvanice B. da S.; PALMEIRA, Herika de O.; PITTA, Gabriela S. da S. 1 vídeo (1:58:40). **EJA em movimento: a busca pela superação das desigualdades raciais e educacionais**. Publicado pelo canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/IUK6x0IR6Bw>. Acesso em 21 set. 2020.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362020000100603&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000100603&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 set. de 2020.

FERREIRA, Lígia dos S.; SILVA, Taynara C. da; OLIVEIRA, Laysa W. da S. 1 vídeo (1:49:26). **Com a universidade mudando de cor, o que muda mais?** Publicado pelo canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/9bEJ7H05Wpw>. Acesso em 21 set. 2020.

FRANCO, Nanci H. R.; OLIVEIRA, Alessandra F. da S. 1 vídeo (1:26:51). **Educar para as relações étnico-raciais desde a infância**. Publicado pelo canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/LsetrFgTBUc>. Acesso em 18 set. 2020.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 28 set.2020.

MOTA, N. S. 1 vídeo (1:03:11). **A urgência pela desconstrução social do racismo**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/h9MOB-Tkmzc>. Acesso em: 04 set. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

PERES, Ana Cláudia. **A pandemia tem cor e gênero: uma conversa com Elaine Nascimento (Fiocruz/Piauí) sobre as desigualdades de raça e gênero no Brasil da covid-19**. Disponibilidade em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-pandemia-tem-cor-e-genero>. Acesso em: 09 set. 2020.

RISCADO, Jorge L. de S; SAMPAIO, Josineide F.; SILVA, Risonilda C. da; JÚNIOR, Adelson S. 1 vídeo (2:01:35). **O combate ao racismo na saúde**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/DQs66ZdIJbw>. Acesso em 18 set. 2020.

SNTANA, Jusciney C. **Tem preto de jaleco branco? Os primeiros dez anos de políticas afirmativas no curso de Medicina da UFAL (2005-2015)**. Maceió: Edufal, 2017.

SANTOS, Ynaê L. dos. 1 vídeo (1:12:05). **O racismo levado a sério**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/tGuE10PbsDc>. Acesso em 14 set. 2020.

SANTOS, Marli de A.; SILVA, Jefferson S. da; SILVA, Fabson C. da. 1 vídeo (2:09:35). **10 anos do Estatuto da Igualdade Racial**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/gkXSb1xXWyo>. Acesso em 14 set. 2020.

SANTOS, Mônica R. N. dos; MENDES, Tarciso M.; SENA, Sandra C. de. 1 vídeo (1:52:40). **Por uma educação antirracista na universidade**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponibilidade em: [https://youtu.be/2HppcrhF\\_m4](https://youtu.be/2HppcrhF_m4). Acesso em 21 set. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (tese de doutorado)**. USP: 2012, Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/en...> Acesso em: 29 set. 2020.

SILVA, Álamo P. G. da; SANTOS, Adilson P. dos; ARAUJO, Clébio C. de. 1 vídeo (2:06:59). **Caminhos possíveis para construção de uma universidade antirracista**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/rMveVjQFrkd>. Acesso em 22 set. 2020.

SILVA, Jamile B da; GOMES, Larisse L. P.; LIMA, Danilo R. de. 1 vídeo (2:03:01) **Intelectualidades Negras, Ciência e Pós-graduação no Brasil**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/EYpYO9C1B6E>. Acesso em 22 set. 2020.

SILVA, José A. N. da; SILVA, Beatriz A. da. 1 vídeo (1:24:55). **Alagoas teve o maior quilombo das Américas e segue omissa na questão racial**. Publicado pelo Canal Jusciney Carvalho, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/0MnoPIAbpbcc>. Acesso em 14 set. 2020.

Recebido em: 3 de junho de 2020.

Aceito em: 14 de outubro de 2021.